

Gramsci, Althusser e Pêcheux: a ideologia em questão

Gramsci, Althusser and Pêcheux: the ideology in question

DOI 10.20396/lil.v26i51.8671124

Luciano Taveira de Azevedo¹

Instituto Federal de Alagoas

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo²

UNICAP

Resumo

Neste artigo³, apresentamos a concepção de ideologia em Antonio Gramsci, Louis Althusser e Michel Pêcheux a partir de um levantamento bibliográfico da obra dos autores, notadamente, aqueles textos que tratam da questão da ideologia. A leitura sistemática dos textos permitiu visualizar o modo como concebem a noção de ideologia segundo uma releitura dessa noção nos escritos de Marx e Engels. Tendo como ponto de partida os textos basilares do marxismo, esses autores vão produzir uma deriva na concepção de ideologia, de maneira a concebê-la como constitutiva das práticas sociais e não apenas como falsa consciência. Desse modo, em seus diferentes gestos de leitura, Gramsci, Althusser e Pêcheux vão eleger a cultura, as instituições e o discurso como formas materiais da ideologia.

Palavras-chave: Cultura, Discurso, Sujeito, Ideologia.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco e professor de língua portuguesa do Instituto Federal de Alagoas.

2 Doutora em Letras e Linguística pela UFPB. Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências da Linguagem na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Abstract

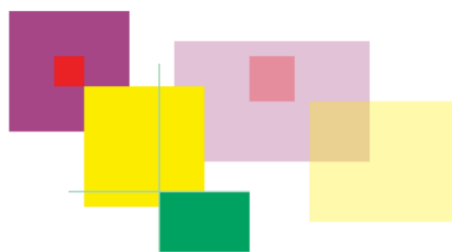
In this article, we present the conception of ideology in Antonio Gramsci, Louis Althusser and Michel Pêcheux based on a bibliographical survey of the authors' work, especially those texts that deal with the issue of ideology. The systematic reading of the texts allowed us to visualize the way they both conceive the notion of ideology according to the rereading they made of the texts they appropriated to think about the ways of existence of ideology. Taking historical materialism as a starting point, those authors will give a theoretical organization to the sparse threads that Marx and Engels leave loose in their works. In their different reading gestures, Gramsci, Althusser and Pêcheux will elect culture, institutions and discourse as material forms of ideology.

Keywords: Culture, Discourse, Subject, Ideology.

1. Introdução

Autores marxistas do século XX, Antonio Gramsci, Louis Althusser e Michel Pêcheux partem de problemáticas filosóficas distintas para pensar a ideologia. Não obstante as diferenças que constituem a produção intelectual dos três pensadores, há uma espinha dorsal que sustenta a reflexão deles. Essa espinha dorsal é o *materialismo histórico* como proposto por Karl Marx e Friedrich Engels. Assentados naquilo que comumente é chamado de *marxismo*, Gramsci, Althusser e Pêcheux analisam e interpretam a sociedade de classes, a condição dos trabalhadores, suas lutas e reivindicações, o poder da classe dominante e a opressão sofrida pela classe trabalhadora, o papel dos intelectuais e os mecanismos ideológicos que são veiculados por meio da cultura, dos aparelhos ideológicos, das ciências e do próprio pensamento filosófico.

Considerando todos esses aspectos, propomos, neste artigo, apresentar a biografia e o percurso intelectual de Gramsci a fim de localizar seu pensamento na linha do tempo das produções marxistas e não marxistas, bem como discorrer sobre a concepção de ideologia que recobre seu pensamento. Em relação a Althusser, mobilizamos a trajetória intelectual do



autor para, em seguida, tratar da questão da ideologia em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, dando ênfase à teoria da reprodução e captura do indivíduo pela ideologia que o constitui e interpela em sujeito. A concepção de ideologia em Pêcheux se encontra melhor explicitada no livro *Semântica e Discurso* e no artigo *O Mecanismo do (des)conhecimento ideológico* publicado em 1982. Nesses textos, Pêcheux retoma reflexões desenvolvidas por Althusser sobre o assujeitamento e a existência material da ideologia e se ocupa daquilo que Althusser não se ocupou em suas análises: o discurso como o lugar onde se materializa a ideologia. Assim como a cultura e os aparelhos, o discurso é também entendido como uma prática social e, enquanto prática social, se encontra investido de ideologia. Mas o efeito ideológico que naturaliza as práticas e os lugares sociais, é também o efeito que inaugura a transparência da língua(gem), de maneira que, para os sujeitos, o sentido se encontra intrinsecamente ligado às palavras. Para Pêcheux, o acesso à ideologia materializada na língua(gem) é possível mediante a mobilização de um gesto de leitura que desnaturalize a língua e o sentidos por meio de dispositivos teóricos que permitam o acesso aos diferentes elementos ideológicos que constituem os textos. Na conclusão, apresentamos uma síntese das concepções de ideologia desenvolvidas por esses autores e uma reflexão pessoal acerca dessas concepções.

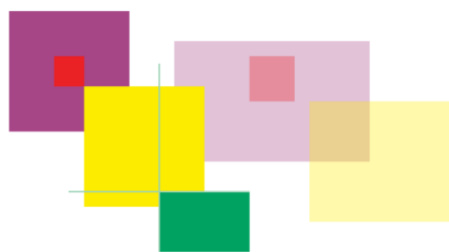
Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo, crítico literário, jornalista italiano e cofundador do Partido Comunista Italiano (PCI). Leitor de Karl Marx e Friedrich Engels, Gramsci oferece, aos leitores da primeira metade do século XX, novas chaves de interpretação das obras dos autores que fundaram uma linha de pensamento crítico da história e da estrutura econômica vigente no século XIX que ficou conhecida como *marxismo*, embora Marx não fosse simpático ao termo. Gramsci acreditava – e nisso ele difere daqueles que pensavam e propunham a revolução comunista à época – que a revolução é resultado da mudança de mentalidade das massas oprimidas pela classe dominante e submetida aos ditames da ideologia cultural que a classe dominante impõe a fim de controlar a consciência daqueles que se encontram numa classe antagônica, qual seja, a dominada. Gramsci também



criou conceitos que ainda hoje são usados exacerbadamente em várias partes do mundo, e dos quais é possível derivar o de *cidadania*. Esse conceito adentrou as escolas e determinou uma nova maneira de fazer pedagogia, posto que produziu mudanças na maneira de lidar com a ideologia dominante. Segundo o pensador italiano, a escola deveria ter como objetivo a elevação cultural das massas que, por sua vez, se traduziria na ruptura com uma concepção de mundo que predispõe as massas à assimilação acrítica da ideologia das classes dominantes.

Durante sua curta vida, Gramsci testemunhou a ascensão da classe trabalhadora ao poder na União Soviética (Revolução Russa de 1917), bem como o seu declínio, sob o comando de Josef Stalin, que levou o regime a atrocidades e conseqüente degeneração ao que há de mais vil e tirano. Em seu país, a Itália, Gramsci denunciou o regime fascista de Mussolini e isso rendeu, ao pensador, a prisão pelo resto da vida. Com a saúde frágil, Gramsci é contemplado com a liberdade condicional e morre alguns anos após a sua soltura. Nos anos que passou na prisão, Gramsci produziu a sua obra mais influente que foi publicada sob o título *Cadernos do Cárcere*. Ele contava 46 anos quando veio a óbito na cidade de Roma.

Gramsci está situado entre a primeira geração do marxismo e o marxismo ocidental e, a ele, interessa não propriamente a *ideologia*, mas a questão da *hegemonia* que difere daquela, embora, às vezes, tenham sido entendidas como indistintas. A bem da verdade, a hegemonia diz respeito ao modo como a classe subalterna é conquistada pela classe dominante sem uso de força ou violência, ou seja, pelo discurso. Assim, a classe dominante usa de mecanismos discursivos – em geral produzidos pela cultura dessa classe – para persuadir a classe dominada da concepção de mundo daquela sem fazer uso da coerção. Gramsci é o teórico marxista que mais insistiu na noção de hegemonia; noção mais ampla que a de ideologia que, embora a inclua, não pode ser reduzida a esta. Discorrendo sobre a noção de hegemonia, Alves (2010, p. 2) afirma:

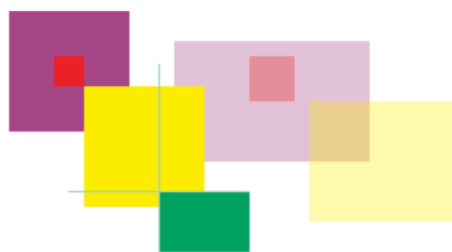


A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais. Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias que, até então, eram ignoradas.

Ao constituir as relações sociais, a ideologia pode estar a serviço da hegemonia, uma vez que um grupo pode assegurar seu poder hegemônico se utilizando de mecanismos ideológicos que se encontram materializados em elementos da cultura. Isso se dá porque, para Gramsci (1978, p. 16), a ideologia é "uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva". Nesse sentido, a hegemonia não seria um tipo exitoso de uma única concepção de mundo, uma vez que a concepção de um grupo pode ser fragmentada em vários aspectos ideológicos, como a arte e o político. É por isso que, numa perspectiva da filosofia da *práxis*, como pensada por Gramsci:

é tarefa fundamental da filosofia unificar metodologicamente, e de modo orgânico, a política, a economia e a própria história e, além disso, também a ética e a arte, já que se encontra, implicitamente em todas essas manifestações histórico-sociais como premissa teórica (EFKEN, 1993, p. 85).

É importante salientar que, para Gramsci, somente as ideologias orgânicas – relacionadas ao proletariado – deveriam ser consideradas. O filósofo vai estabelecer níveis dentro da totalidade que compreende a ideologia dominante produzida pelos intelectuais orgânicos ligados à classe dominante, bem como o senso comum das classes oprimidas que são, por sua vez, informadas pela classe dominante. Mas, embora as classes subalternas

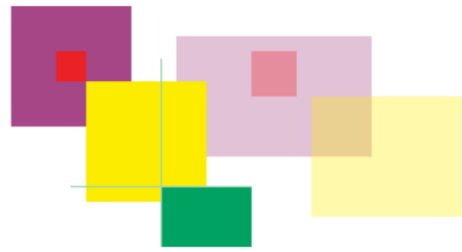


sejam informadas pela concepção de mundo das classes opressoras, isso não significa que não haja fissura, contradição e resistência, pois essa diferenciação em níveis é produzida pelas contradições inerentes às relações de classes antagônicas em constante tensão no tecido social. De acordo com isso, a ideologia está inserida em todas as dimensões e atividades da vida social, de maneira que não se resume apenas à produção de ideias, mas se estende às práticas cotidianas e científicas. Lemos no Dicionário Gramsciano que

Historicamente, as ideologias são algo bem diferente, dependendo do fato de serem ou não serem “necessárias” e “orgânicas”. E não se trata de uma questão que diz respeito somente ao marxismo. Com efeito, realça G., erroneamente “se dá o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, quanto às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia” (Q 7, 19, 868 [CC, 1, 237]). É necessário distinguir “entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura e ideologias arbitrárias, racionalísticas e ‘voluntaristas’”. Não se trata apenas do marxismo ou das ideologias historicamente “progressivas”. Porque, acrescenta G., “enquanto historicamente necessárias [...] elas organizam as massas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência da sua posição, lutam etc.” (ibidem, 868-9, [CC, 1, 237] (LIGUORE; VOZA, 2017, p. 787).

Quando enuncia que as ideologias são historicamente necessárias, Gramsci destaca o aspecto positivo das ideologias e, de imediato, ele rompe com a visão marxista de ideologia como *imagem invertida* ou *falsa consciência* conforme aparece em Marx e Engels ([1846] 2007, p.93). A ideologia não é apenas um mecanismo que não permite ao proletariado analisar e entender a exploração a qual está submetido pelo capitalismo, mas é também um dispositivo imprescindível à tomada de consciência desse estado de exploração e consequente organização para a luta em busca de um novo bloco histórico⁴.

4 A concepção de bloco histórico, em Gramsci, tem inspiração na obra de Georges Sorel e é mobilizada pelo autor marxista para dar conta das relações entre estrutura e superestrutura a partir de uma leitura anti-



Na ideologia, estão incluídas todas as atividades do grupo social dominante, como aquelas menos ideológicas, notadamente as ciências, e aquelas mais ideológicas, como a filosofia. Assim, a ideologia elaborada e difundida na classe dominante é mais elaborada que aquela presente no folclore da classe popular. Em termos de níveis, teríamos dois extremos: uma concepção de mundo mais elaborada, qual seja, a filosofia e, em um nível mais baixo, teríamos o folclore. Entre esses extremos, Gramsci situa o senso comum que é informado pela filosofia cuja produção funciona como a ideologia que dá coesão às ideologias produzidas nos outros níveis. O senso comum seria um amálgama que funde a ideologia dominante à ideologia das classes populares. A ideologia “engloba, desse modo, a linguagem, o senso comum e o bom-senso (núcleo racional do bom senso), a religiosidade popular e o folclore (crenças, superstições, opiniões...)” (EFKEN, 1993, p. 86)”. Com Gramsci, temos a transição da compreensão que se tinha de ideologia como *sistema de ideias* para a de ideologia como prática vivida.

Há outro movimento teórico-reflexivo operado por Gramsci que é o de tentar entender os meios pelos quais a ideologia dominante penetra nas camadas subalternas, tornando-as coesas e manipulando-as de tal forma a manter o *status quo* e impedir a reação das classes subalternas no sentido de romper com a sua condição de oprimida. A esse respeito, lemos em Efken (1993, p. 88):

Gramsci compreende a ideologia, por conseguinte, como uma estrutura complexa, multiforme, justamente como “cimento” que articula e unifica organicamente os vários níveis de um bloco histórico. Compreende-se, agora, sua importância para os diversos grupos sociais e, principalmente, para o grupo dominante e/ou dirigente que precisa subordinar as outras classes às exigências ao processo produtivo, valendo-se da “estrutura ideológica” (conjunto dos meios para a difusão e universalização da ideologia) e do “material ideológico”, através dos quais articula os diversos níveis que a ideologia ocupa (filosofia, religião,

economicista. Ele entende esse conceito como um modo de expressar as relações entre estrutura, superestrutura, natureza e espírito.



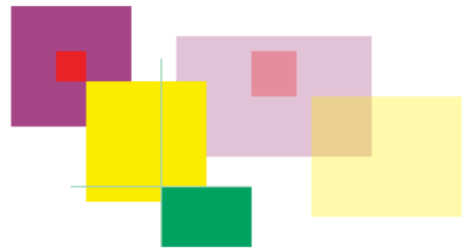
senso comum e folclore) na complexidade da esfera superestrutural. Trata-se da conquista da hegemonia, como conquista da direção “intelectual e moral” num determinado bloco histórico. A classe dominante se “apropria” da “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas”, à medida que a conquista, reformula e redefine e difunde, até que toda a estrutura ideológica e todo material ideológico sejam expressão do interesse particular elevada à universalidade, transformando valores e costumes morais, ditando comportamentos e atividades, invadindo pensamentos e corações.

A estrutura ideológica é formada principalmente pela Igreja, a Escola e a Imprensa. E ainda fazem parte dessa estrutura todas aquelas instituições que podem, de alguma forma, intervir, formar e controlar a opinião pública, ou seja, agir sobre o pensar das classes dominadas. Essas instituições precisam de canais, materiais ideológicos que Gramsci classifica segundo o grau de eficiência desses materiais, sendo os meios audiovisuais mais velozes e de impacto emocional maior que os impressos, como livros e jornais.

Por fim, a construção da consciência para a luta e a libertação do julgo imposto pelos opressores à classe subalterna, por não ser inerente ao sujeito, resulta de processos sociais que tornam conscientes, para os oprimidos, sua condição de opressão que se caracteriza como consensual porque os oprimidos são informados e formados pela ideologia das classes dominantes que molda as consciências de acordo com os interesses do grupo dominante. Na filosofia de Louis Althusser, a ideologia é pensada em outros termos porque relacionada aos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) que reproduzem o status quo e as condições econômicas pela via do assujeitamento ideológico.

2. Althusser e os aparelhos ideológicos de estado

Louis Althusser, marxista e filósofo, nasceu na Argélia em 1918 e se mudou para a França em 1930, radicando-se na cidade de Marselha. Ali cursou o nível secundário e, em seguida, passou a frequentar o Lycée du Parc de Lyon a fim de ingressar na École Normale



Superieur de Paris. Católico, Althusser participou, nesse período, da Jeunesse Étudiante Chrétienne.

Logo após ingressar na École Normale Supérieure, Althusser é convocado para combater na Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, é capturado pelos nazistas e enviado a um campo de concentração onde permanece prisioneiro entre 1940 e 1945. Desde então, o filósofo passa a sofrer com crises psíquicas que o acompanharam durante a vida.

Em 1948, Althusser ingressa no Partido Comunista Francês (PCF). No início dos anos 60, surgem os trabalhos mais importantes de Althusser, como *Para Marx (Pour Marx)* e *Ler o Capital (Lire le Capital)*. Com esses textos, Althusser revoluciona o pensamento marxista praticado até o momento dessas publicações.

A produção acadêmica de Althusser se estenderá até os anos 1980 e apresenta movimentos variados que contemplam retificações e o desenvolvimento de uma consistente teoria da ideologia que é apresentada, notadamente, em *Aparelhos Ideológicos de Estado (Appareil Idéologique d'État)*.

Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser desenvolve uma teoria da sujeição a partir da relação dos indivíduos com as instituições e o plano econômico, chamado por ele de infraestrutura. O esquema explicativo criado por Althusser visa dar conta das relações de produção e reprodução das condições reais de existência sob os efeitos da ideologia. Em introdução à segunda edição desse livro, Albuquerque (1985, p. 8) afirma que

o texto 'Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado', não restringe a questão da ideologia à superestrutura, mas se situa no contexto das relações entre infraestrutura e superestrutura, ou seja, na questão da *reprodução social*. O ponto de partida é o pressuposto de que, embora a produção econômica determine a totalidade social, supõe, por sua vez, a reprodução econômica, política e ideológica.



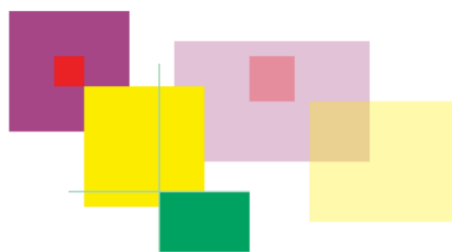
O que podemos inferir desse texto é que não há uma (sobre)determinação da superestrutura em direção à infraestrutura mediada pela ideologia, mas uma relação entre economia, política e ideologia na constituição dos sujeitos e da realidade social. Ou seja, nenhuma dessas instâncias que compõe o jogo social é reificada, mas colocada num movimento em que política, economia e ideologia se determinam mutuamente sem que uma se sobreponha à outra. Sobre isso, Albuquerque (1985, p. 11) diz que

estamos longe, portanto, da crítica corrente ao determinismo extremado atribuído a Althusser, e da suposta separação mecânica entre infraestrutura e superestrutura, entre ideologia e política, que constituem o trivial das críticas ao formalismo althusseriano. O fato de colocar, no centro da discussão, os efeitos da ideologia sobre as relações entre infra e superestrutura afastam, pelo menos em intenção, o rigor formal das distinções.

De acordo com Albuquerque, não se pode excluir do pensamento althusseriano algum nível de determinação, mas essa determinação não se dá de forma absoluta em nenhuma das instâncias pensadas por Althusser. A metáfora do edifício social, produzida na teoria marxista em termos de superestrutura e infraestrutura reduz o Estado às relações mecânicas entre esses andares. Mas, para Althusser, essa estrutura remete a um estágio da teoria chamada por ele de descritiva. Faz-se necessário superar o estágio meramente descritivo e, “para não romper com a teoria marxista do Estado, Althusser se vê forçado a completar a descrição com seu acréscimo gramsciano” (ALBUQUERQUE, 1985, p. 21).

Nesse sentido, Althusser toma a ideologia como uma função, de maneira que o caráter relativamente autônomo do conceito não permite sua inclusão, de forma mecânica, na perspectiva do marxismo clássico que entendia a ideologia como simples instrumento da classe dominante. Assim, seu trabalho consiste em

derivar uma teoria da ideologia, de impressionante poder e originalidade, a partir de uma combinação da psicanálise lacaniana, e das características menos obviamente historicistas da obra de Gramsci, e é essa teoria que pode ser encontrada em seu célebre ensaio “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado,

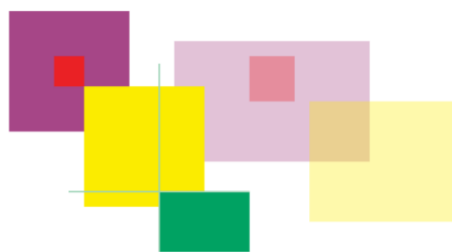


assim como em fragmentos dispersos de seu volume *Pour Marx* (EAGLETON, 2019, p. 152).

A partir desse texto extremamente inovador, Althusser abre uma brecha na superestrutura a fim de encaixar no Estado os aparelhos ideológicos ao lado dos aparelhos repressivos de Estado (ARE) sem desequilibrar a estrutura e sem produzir dualismos, posto que o topo não é representado por dois polos, mas por um único, o poder de Estado, que aglutina os dois aparelhos. Acerca dos aparelhos, Albuquerque (1985, p. 25) assim se expressa:

Após acrescentar essa “outra realidade” dos aparelhos ideológicos de Estado, Althusser empreende a parte mais crítica de sua retificação teórica, a distinção entre os aparelhos de Estado. Ele começa lembrando que, na teoria marxista, o aparelho de Estado seria repressivo, o que indica que ele “funciona na base da violência”, pelo menos no limite. Em seguida, o que não é de boa técnica teórica, passa a enumerar as instituições que designa como Aparelhos Ideológicos de Estado. Em que consiste sua diferença? Em primeiro lugar, o ARE seria único, enquanto que existiria uma pluralidade de AIE. Em seguida, enquanto o ARE, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, os AIE pertenceriam ao domínio privado.

O que diferencia um aparelho do outro é o seu funcionamento que pode estar calcado na violência ou na ideologia. Mas o que é a ideologia para Althusser e como ela funciona? Num primeiro movimento em direção à compreensão da ideologia, Althusser (1985, p. 85), na leitura que faz do materialismo histórico, apresenta duas teses sobre a ideologia; sendo uma negativa, e a outra, positiva. Na primeira, o autor diz que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Ou seja, a relação do sujeito com o real não é direta, mas mediada pela ideologia que determina a maneira como esse sujeito (retomaremos a concepção de sujeito em Althusser mais à frente) vivencia ou se relaciona com o real ou com suas condições reais de existência. Eagleton (2019, p. 158) comenta essa tese da seguinte forma:



Na ideologia, escreve Althusser, “os homens realmente expressam, não a relação entre eles e sua existência, mas a maneira (grifo do autor) como vivem a relação entre eles e suas condições de existência: isso pressupõe uma relação real e uma relação imaginária, vivida... Na ideologia, a relação real é inevitavelmente investida na relação imaginária”. A ideologia existe apenas no sujeito humano e por meio dele, e dizer que o sujeito habita o imaginário é afirmar que refere compulsivamente o mundo a si mesmo. A ideologia é centrada no sujeito ou “antropomórfica”: ela nos faz ver o mundo como, de certa forma, naturalmente orientado para nós mesmos, espontaneamente “dado” ao sujeito, e o sujeito, inversamente, sente-se uma parte natural da realidade, reclamada e exigida por ela. Por meio da ideologia, observa Althusser, a sociedade nos “interpela” ou “saúda”, parece nos destacar como unicamente valorosos e se dirige a nós pelo nome. Promove a ilusão de que não poderia sobreviver sem nós, como podemos imaginar o bebê crendo que, se ele desaparecesse, o mundo também desapareceria. Ao nos “identificar” assim, acenando para nós pessoalmente do meio da multidão de indivíduos e benignamente voltando sua face para nós, a ideologia nos dá existência como sujeitos individuais.

É importante salientar esse aspecto do vivido dito por Althusser e destacado por Eagleton nessa longa citação. No texto original, Althusser (1970, p. 38) formula a primeira tese nesses termos: “L'idéologie représente le rapport imaginaire des individus à leurs conditions réelles d'existence”. Nessa proposição, o autor utiliza a preposição à (= avec) que significa com. Logo, a ideologia representa a relação imaginária que os indivíduos entretêm com e não sobre a realidade. Ou seja, a relação dos sujeitos com suas reais condições de existência é mediada pelo imaginário que falseia para os sujeitos a realidade na qual se encontram, vivenciam suas experiências cotidianas, não permitindo aos sujeitos acessar o funcionamento das condições sociais. É por isso que se vai dizer que a ideologia, numa perspectiva althusseriana, é centrada no sujeito ou antropomórfica, pois, para este, a realidade é transparente, não contraditória e espontaneamente dada, de maneira que o indivíduo, assujeitado pelos mecanismos ideológicos, reproduz as suas condições de existência sem problematizá-la. Aqui vale citar as primeiras palavras de Althusser (1970, p. 6) em *Idéologie et appareils idéologiques d'État* quando trata da reprodução das condições de produção: “la condition dernière de la production, c'est donc la reproduction des conditions de



la production”. E os indivíduos reproduzem as condições de produção porque isso aparece à sua consciência como dado, sempre existente, transparente e inquestionável porque não problemático. Porque normaliza a relação com a realidade, o sujeito se vê como um elemento natural dessa realidade.

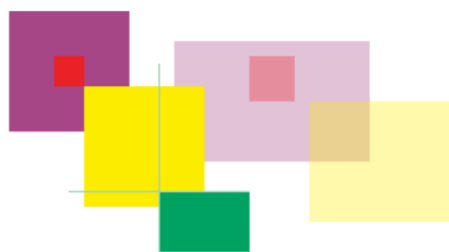
Antes de enunciarmos a segunda tese, vamos discorrer sobre outra que nos parece conveniente neste ponto do texto. Essa tese é assim expressa por Althusser (1970, p. 46, grifos do autor):

la catégorie de sujet est constitutive de toute idéologie, mais en même temps et aussitôt nous ajoutons que la catégorie de sujet n'est constitutive de toute idéologie, qu'en tant que toute idéologie a pour fonction (qui la définit) de “constituer” des individus concrets en sujets.

Partindo da concepção de sujeito do psicanalista francês Jacques Lacan, que entende o sujeito, não como indivíduo concreto, orgânico, mas como efeito de linguagem e, por isso, clivado e inscrito na dimensão simbólica, Althusser concebe que os indivíduos são constituídos em sujeitos pela ideologia. E aqui temos uma formulação clássica e bastante polêmica nas Ciências Humanas e Sociais que é a de assujeitamento. Ao enunciá-la, Althusser quer fazer pensar que a categoria sujeito é produtiva para a análise das condições de produção e reprodução da sociedade capitalista e do funcionamento geral das relações sociais.

Na concepção de Althusser, a ideologia se impõe imperativamente aos indivíduos que são interpelados em sujeito, de maneira que somos sempre já sujeitos, pois a ideologia opera por meio da evidência que é um efeito ideológico elementar. Sobre isso, o autor explica:

Comme toutes les évidences, y compris celles qui font qu'un mot “désigne une chose” ou “possède une signification” (donc y compris les évidences de la “transparence” du langage), cette “évidence” que vous et moi sommes des sujets - et que ça ne fait pas problème - est un effet idéologique, l'effet idéologique élémentaire (ALTHUSSER, 1970, p. 47).

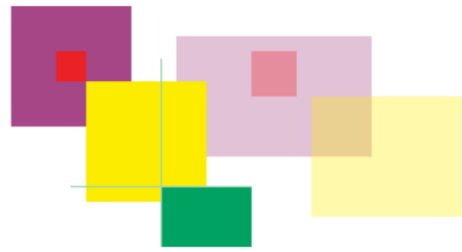


Uma vez que a ideologia se impõe por meio de evidências, seus efeitos não são sentidos como imposição e são naturalizados e tomados como normais e próprios da vida social. Pensamos que, nesse ponto, Althusser dialoga com o conceito de hegemonia de Gramsci que já tratamos. É porque há evidências produzidas pela ideologia que o reconhecimento ideológico é possível e o funcionamento social e econômico torna-se viável. A condição *sine qua non* do reconhecimento ideológico que nos faz sujeitos individuais, insubstituíveis e necessários ao funcionamento da sociedade é apresentada por Althusser (1970, p. 48) nestes termos:

Par cette remarque préalable et ses illustrations concrètes, je veux seulement faire remarquer que vous et moi sommes toujours déjà des sujets, et, comme tels, pratiquons sans interruption les rituels de la reconnaissance idéologique, qui nous garantissent que nous sommes bel et bien des sujets concrets, individuels, inconfondables et (naturellement) irremplaçables.

Com isso, Althusser quer trazer para a reflexão aqueles procedimentos, comportamentos e rituais da vida cotidiana que se encontram investidos de ideologia e que os indivíduos, interpelados em sujeito pela ideologia, se apropriam quando da sua chegada ao mundo. Os papéis sociais, todo o universo simbólico da cultura e das religiões, comportamentos socialmente adequados e inadequados, ritos etc preexistem ao indivíduo que, no nascimento, inaugura sua entrada no mundo e é saudado por todo o complexo ideológico que o antecede e o constitui como sujeito.

Althusser ainda afirma na sua segunda tese sobre a ideologia que esta tem uma existência material. Nesse sentido, para o filósofo, a ideologia não tem história, mas nem por isso é abstrata; ou seja, ela se materializa nos aparelhos ideológicos do Estado: igrejas, família, escola, jurídico etc. Nas palavras de Althusser (1970, p. 42): “une idéologie existe toujours dans un appareil, et sa pratique, ou ses pratiques. Cette existence est matérielle.” É nas práticas sociais que a ideologia, localizada neste ou naquele aparelho de Estado, se materializa. Quando o diretor de uma escola pede para que os alunos façam uma fila e cantem



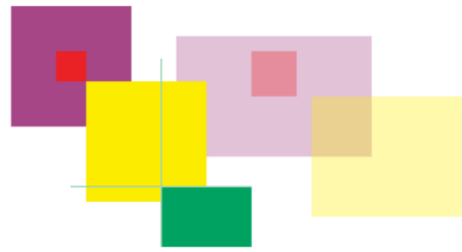
o hino nacional, essa prática é investida da ideologia que constitui o aparelho escolar. Nelas, a ideologia, que não se constitui de ideias abstratas, se mostra e ganha espessura.

Esses são alguns aspectos da ideologia numa perspectiva althusseriana que atualizam e inauguram uma visada diferente e produtiva para os estudos marxistas, sobretudo a partir dos anos 1960, e passam a integrar a epistemologia em campos como os da Linguística, Antropologia, Economia etc. “A nova leitura althusseriana vai permitir um verdadeiro rejuvenescimento para o marxismo, que se vê renovado e expurgado de seu destino funesto”, afirma Dosse (2007, p. 401). Durante muito tempo as ideias de Althusser ficaram praticamente esquecidas na Europa, sendo retomadas com a efervescência dos estudos discursivos fundados por Michel Pêcheux, nos anos 1960, na França.

3. A ideologia em Michel Pêcheux

Ancorado em concepções que perpassam o pensamento marxista e as reflexões propostas por Althusser a partir de uma releitura de Marx, Pêcheux delineia uma teoria do discurso que inclui, em sua análise, aspectos deixados de fora pela linguística saussuriana: a luta de classes e a ideologia. Diante disso, podemos nos perguntar sobre qual leitura Pêcheux faz de Althusser. A questão da ideologia se encontra melhor colocada em dois capítulos do livro que foi traduzido no Brasil sob o título *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* por Eni Orlandi. No primeiro capítulo, Pêcheux (2014, p. 129) desenvolve uma reflexão sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção a partir das concepções althusserianas sobre a ideologia constantes de *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

A leitura desses capítulos é imprescindível quando se trata de entender a concepção de ideologia desenvolvida por Pêcheux dentro de uma epistemologia que é aquela própria à *Análise do Discurso* (doravante, AD), bem como acompanhar um movimento de ruptura em



relação a outras disciplinas de interpretação, como a Pragmática, no interior dos estudos linguísticos.

A inclusão de uma concepção de ideologia na leitura dos enunciados desloca o lugar da interpretação focada no contexto, em que se apaga a contradição constitutiva dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos numa determinada formação social, para um modo de interpretar que mobiliza um outro gesto de leitura ao considerar a língua em sua espessura material sendo posta em funcionamento por indivíduos interpelados em sujeito pela ideologia. Na tentativa de explicitar os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (2014, p. 129-130) esclarece que a) a ideologia não é o único elemento por meio do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social, de maneira que se deve considerar as determinações econômicas; b) ao se referir à reprodução/transformação, designa o caráter contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes. Esses compreendem dois aspectos importantes estabelecidos por Pêcheux (1996, p. 143) ao pensar naqueles “pontos de alcance mais geral relacionados à teoria das ideologias, à prática de produção dos conhecimentos e à prática política”.

A compreensão de ideologia como prática social, e não como um conglomerado de ideias, faz com que Pêcheux (2014, p. 130-131) dê uma determinada orientação à leitura que faz do termo aparelho ideológico de Estado e assim se expresse: i) a ideologia não se impõe à sociedade de forma homogênea como se fosse a mentalidade de uma época ou uma visão de mundo; ii) é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se vivessem previamente à luta de classes com suas concepções de mundo e, de repente, ao se encontrarem, a classe dominante impusesse sua ideologia à outra classe; iii) os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da ideologia da classe dominante, mas seu lugar e meio de realização; iv) os aparelhos ideológicos de Estado não são máquinas ideológicas que servem de instrumento à classe dominante, de maneira a reproduzir pura e simplesmente as relações de

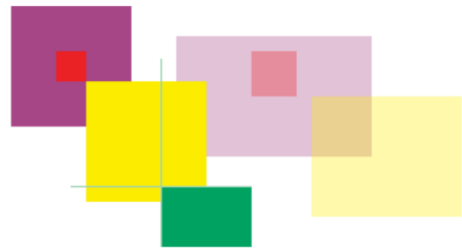


produção, mas constituem, pela contradição, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção. Esses são apontamentos que definem a direção que Pêcheux deseja dar à noção de aparelhos ideológicos de Estado e, por conseguinte, à noção de ideologia na constituição dos processos discursivos.

Aquilo que se depreende dessas observações de Pêcheux acerca da relação entre ideologia e processos contraditórios de reprodução/transformação das relações de produção é que não existe uma relação determinista entre os aparelhos ideológicos e o funcionamento de uma formação social, mas, pelo contrário, há determinações que não são estanques, homogêneas e mera expressão da infraestrutura. Não há uma relação direta na qual os aparelhos ideológicos reproduziriam as condições econômicas de uma sociedade a fim de manter um determinado estado de coisas; ao contrário, as relações se dão por meio da contradição e no interior da luta de classes que não é nem homogênea, nem pura. E é por isso que Pêcheux (2014, p. 131-132, grifos do autor) vai dizer que

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto complexo, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus “elementos”, e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, todos os aparelhos ideológicos de Estado contribuem de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. De fato, suas propriedades “regionais” – sua especialização “evidente” na religião, no conhecimento, na política etc – condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada.

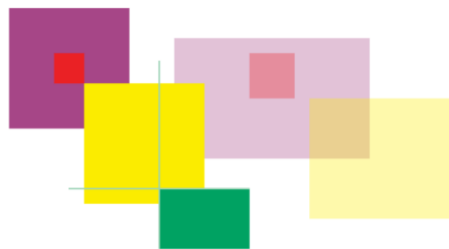
Depreende-se dessa citação que não há, para Pêcheux, um funcionamento das relações entre infraestrutura e superestrutura em que a infraestrutura reproduziria automaticamente e sem falhas as relações de produção. Por essa razão, indo ao encontro de



Althusser, diz que se trata de um conjunto complexo de aparelhos ideológicos de Estado. Assim, os aparelhos se definem por sua complexidade que se expressa sob as formas da desigualdade, subordinação e contradição entre os elementos que os compõem. Dada à regionalização de cada aparelho, as formações ideológicas que advêm dessas regiões expressam a posição de classe implicada no aparelho que a representa, de maneira que “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que ‘a maneira de se servir deles’ – seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem [...] (PÊCHEUX, 2014, p. 132)”. Nas práticas sociais, objetos são investidos da ideologia de uma determinada classe que, por sua vez, refletem os interesses dessa classe. Desse modo, a prática ideológica, no interior dos aparelhos ideológicos de Estado são, concomitantemente, a prática de uma classe na Ideologia. A contradição própria das relações de reprodução – e transformação dessas mesmas relações – tem seu ponto nodal na ideologia, posto que é no espaço das relações de contradição-desigualdade-subordinação entre as regiões que caracteriza os aparelhos que se constitui o quadro da luta ideológica de classes. Em resumo, explica Pêcheux (2014, p. 134):

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

A concepção de ideologia em Pêcheux a partir da releitura que faz de Louis Althusser permite pensar, no âmbito de uma teoria do discurso, a ideologia em relação com a língua, questionando a ideia de língua como transparente – conforme pensada por Frege e seus seguidores no campo da Semântica Formal – e concebendo a produção de linguagem em sua materialidade e opacidade. Ao produzir esse deslocamento, Pêcheux se afasta de uma concepção de ideologia como má consciência ou visão de mundo e se aproxima de uma concepção que entende a ideologia, uma vez materializada na língua, funcionando e



produzindo efeitos na história porque inscrita nos discursos que circulam nas diferentes regiões dos aparelhos ideológicos de Estado (Jurídico, Igreja, Escola etc).

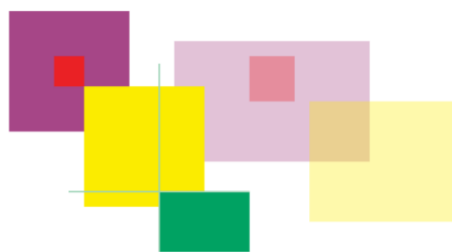
O efeito de transparência da língua(gem) é resultado do processo ideológico que produz a ilusão de que existe uma relação termo a termo entre língua e mundo, fazendo crer que o sentido se encontra inextricavelmente ligado à palavra, de maneira que esse mesmo sentido não é passível de deslize, de modo a derivar em outro(s). Nessa direção, Orlandi (2001, p. 46), a partir da leitura da concepção de ideologia em Pêcheux, afirma que

por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

Ao analista de discurso, cabe, nessa perspectiva inaugurada por Pêcheux, entender o efeito da ideologia no funcionamento da linguagem a partir da mobilização do dispositivo teórico-analítico da AD, de maneira que desnaturalize os sentidos dos textos, sejam orais, escritos ou visuais, e faça emergir sentidos que não estão postos, mas que igualmente sustentam o processo de significação da produção discursiva. Implica em entender a discursividade específica de cada processo de enunciação que não se reduz, como querem os pragmaticistas, à descrição e análise do contexto imediato, mas aos efeitos de sentidos produzidos entre sujeitos interpelados pela ideologia.

4. Considerações finais

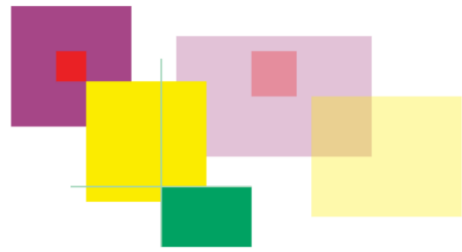
Gramsci e Althusser, leitores de Karl Marx, produzem concepções de ideologia em seus textos a partir de releituras que fazem daquilo que, de forma esparsa, é encontrado nos textos de Marx e Marx e Engels sobre o tema. Apresentamos as perspectivas dos dois autores



a fim de, por meio da escrita e descrição didática, compreender melhor seus limites e alcances para uma teoria do discurso e em que pontos se aproximam tornando possível, assim, o cotejamento das diferentes concepções de ideologia que, posteriormente, irão afetar o pensamento e a escrita do filósofo Michel Pêcheux. Do mesmo modo, tentamos identificar os pontos que afastam essas concepções para que se evite tomar uma concepção por outra quando isso não é viável.

Ao tornar possível esse movimento, concluímos que para Gramsci e Althusser a ideologia não é feita de ideias abstratas, mas ela se materializa tanto no mundo da cultura quanto nas instituições que, por sua vez, estão a serviço das elites sociais detentoras do poder. Entendemos também que, em ambos, a ideologia da classe dominante se impõe – no caso de Gramsci, sem coação em determinados contextos – para produzir a manutenção do status quo ou a reprodução dos meios de produção e, desse modo, ela garante o funcionamento da estrutura social mais adequada aos interesses da elite econômica e cultural. Seja interpelado em sujeito, na concepção de Althusser, ou informado pela ideologia dominante, na concepção de Gramsci, é possível ler, em ambos, a necessidade de construir uma consciência que conduza o sujeito, individual ou coletivamente, a compreender os mecanismos ideológicos que produzem opressão a fim de que os sujeitos ousem pensar por si mesmos e se rebelem contra esses mecanismos, de maneira que possam se subjetivar em condições que lhe garantam o pleno exercício político no interior das sociedades democráticas.

Diferentemente de Gramsci, Althusser vai pensar a superestrutura em termos de aparelhos ideológicos e vai dividi-los em aparelhos ideológicos de Estado (AIE) e aparelhos repressivos de Estado (ARE). Os AIE são pensados em seu duplo funcionamento: agem predominantemente pela ideologia e, desse modo, impõem a ideologia da classe dominante sem o uso da força ou da violência e, secundariamente, pela repressão, mesmo que de maneira atenuada. Quanto aos ARE, esses funcionam tão somente pela repressão, de



maneira que se utilizam da força para garantir a ordem social e, desse modo, asseguram o funcionamento do status quo dominante que é aquele da formação social capitalista. Michel Pêcheux, por sua vez, vai enveredar, em sua obra mais importante – Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio – pelas vias do materialismo histórico, a partir da leitura que Althusser faz de Marx, para pensar a determinação histórica do sentido.

No interior do pensamento althusseriano, interessará a Pêcheux, sobremaneira, o conceito de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, pensando o sujeito em sua inscrição em práticas sociais, como aquelas em que mobiliza a língua para produzir sentidos. Esse movimento que Pêcheux opera no althusserianismo, ao construir uma teoria do discurso, faz com que ele pense o discurso como a materialidade da ideologia e o sujeito como sujeito discursivo porque afetado pela língua e pela história.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Guilhon. Introdução. In: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os Aparelhos ideológicos de Estado. 9ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os Aparelhos ideológicos de Estado. 9ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'État: notes pour une recherche. **La Pensée**, nº 151, 1970.

ALVES, Ana R. Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, nº 80, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67315841004>

CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves. **Saussure, o texto e o discurso**: cem anos de heranças e recepções. São Paulo: Parábola editorial, 2016.

DOSSE, Françoise. **História do Estruturalismo**. Vol. 1. Bauru, SP: Edusc, 2007.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019.

EFKEN, Karl-Heinz. **A teoria da ideologia em Antonio Gramsci**. Dissertação de mestrado. Disponível em:



https://www.researchgate.net/publication/336568452_Dissertacao_de_Mestrado_de_Karl_H_einz_Efken_'A_teor_da_ideologia_em_Antonio_Gramsci?fbclid=IwAR0CGr4fH4f40eXtqlzpiX1eL6uqRYvGhJv276ZS0GjXmxdE75Xv1GR_0IE

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. v.1/2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIGUORI, Guido; VOZA Pasquale (orgs). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: ed. da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

n.20, Editora Revan, 2005 (1982), p.9-48.

Data de submissão: 29/09/2022

Data de aceite: 03/02/2023